

Divulga Externa **Moratória só esta suspensão até janeiro**

CORREIO BRAZILIENSE

10 NOV 1987

O País retomará a moratória se não houver um acordo satisfatório com os bancos credores até 15 de janeiro, prazo inicial para um acordo definitivo de reescalonamento da dívida. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que reconheceu, contrariando declarações dele próprio na sexta-feira, ter havido "uma suspensão temporária" da moratória, por três meses, a partir do acordo provisório.

O reconhecimento de que houve suspensão da moratória foi feito pelo ministro da Fazenda às lideranças do PMDB, em reunião de pouco mais de duas horas, em sua casa, pela manhã, e nem por isso o partido, que ensaiara uma irada rebelião contra o acordo provisório na sexta-feira, passou do palavrório à ação. "Foi uma discussão proveitosa" resumiu o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, à saída da residência de Bresser, classificando de "razoáveis" as ex sobre o entendimento provisório dadas pelo ministro.

Acompanhado, entre outras lideranças, dos senadores Fernando Henrique e Mário Covas, o presidente do PMDB — que fora informado do acordo provisório na sexta-feira por um despacho de agência de notícias fornecido pelos jornalistas que cobrem Congresso — não anunciou a oposição do partido ao entendimento provisório. Limitou-se a declarar que o PMDB considerou "fundamentais" dois pontos da explanação de Bresser, que estava acompanhado do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e do assessor especial para a negociação da dívida, Fernão Bracher.

Estes pontos, segundo Ulysses, foram de que a moratória foi suspensa temporariamente para que prosseguissem as negociações visando um acordo definitivo e a desvinculação entre os desembolsos dos bancos e

o cumprimento de metas de desempenho econômico a serem firmadas com o FMI.

Pela ótica do ministro da Fazenda, aparentemente ele aplacou a ira do PMDB:

— Esta reunião foi boa, positiva. Estou convencido de que o acordo provisório é uma vitória para o Brasil e creio que o PMDB vai apoiar o sentido dessa vitória, porque somos do mesmo partido e o que queremos é o crescimento do País — avaliou Bresser.

O ministro da Fazenda justificou o acordo firmado sexta-feira como "única alternativa", para evitar um confronto do Brasil com a comunidade financeira internacional.

Ressaltou que um acordo com o FMI — e isto foi dito às lideranças do PMDB em sua casa — só será feito se o País obtiver, no acordo definitivo, avanços significativos em relação aos acordos de reescalonamento feitos pelo México e Argentina. Alinhou estes avanços à: desvinculação do acordo com o Fundo dos desembolsos dos bancos, de modo a que um eventual não cumprimento de metas com o FMI implique em suspensão da liberação de recursos pelos bancos; fixação de um teto para as taxas de juros no refinanciamento; refinanciamento dos juros por três anos e aceitação da transformação de parte da dívida em títulos de longo prazo (securitização).

— Se não houver estes avanços, não faremos acordo nenhum, nem com bancos, nem com o FMI. Queremos deixar claro que isso não é confronto porque estamos, honestamente, procurando negociar de boa fé e os banqueiros precisam fazer o mesmo. As concessões precisavam ser feitas mutuamente afirmou Bresser.

O ministro da Fazenda garantiu que a desvinculação entre os desembolsos dos bancos e o acordo com o FMI foi obtida no acordo assinado sexta-feira.